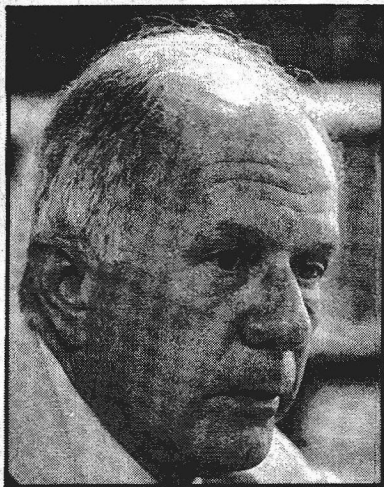
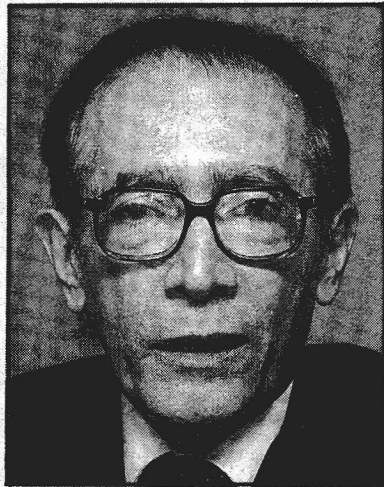




‘A indexação está apenas suspensa’

Julian Chacel



‘O Governo foi sábio ao não dar salvaguardas’

João Paulo dos Reis Velloso

As tentativas de desindexação

• **1986** - A primeira tentativa de acabar com a correção monetária veio com o Plano Cruzado, em fevereiro, quando a União extinguiu o indexador oficial que fora criado no primeiro governo do regime militar, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Um ano depois, entretanto, a indexação em prazos inferiores a um ano voltava através da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional). O Plano Bresser, de junho de 1987, não chegou a tentar desindexar a economia.

• **1989** - O Plano Verão, editado no mês de janeiro, tratou de acabar com a OTN. Mas, outra vez, a extinção da correção monetária não foi acompanhada pela extinção da inflação. Seis meses depois, então, entrava em cena mais um indexador oficial, o Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

• **1991** - O Plano Collor, de março de 1990, não tentou a desindexação. Mas em janeiro do ano seguinte, era lançado o Collor II que acabou com a BTN e a BTN fiscal, criando a TR, uma taxa de juros, que acabou sendo entendida pelo mercado como um indexador que variava com base na previsão de inflação futura.

• **1994** - A idéia é ir desindexando aos poucos. E a estratégia começou com a superindexação da economia a um instrumento chamado URV. Na terceira fase do plano, o alongamento dos prazos de correção é o principal instrumento de combate à indexação.

Fantasma dos índices ainda assusta economistas

39

LÉA CRISTINA

Desindexação mesmo só quando a inflação acabar. Quer dizer, quando acumular no máximo uns 5% ao ano e ninguém mais estiver interessado nela. Mas a maior parte dos economistas entende que o processo caminha razoavelmente bem. De efetivo, o que foi feito até agora foi o alongamento para um ano dos prazos de correção monetária fora do mercado financeiro. Nele, entretanto, permanece a correção, até diária, da moeda. Sem falar na manutenção da Ufir, unidade fiscal da União.

Só que há dificuldades na sustentação e no avanço da desindexação. O ex-ministro Roberto Campos e o economista Francisco de Assis Moura de Mello dizem que a falta de reformas es-

truturais é uma pedra no caminho. Assim como o decano da PUC Luiz Roberto Cunha, para quem só haverá garantia de eliminação de focos inflacionários quando tais reformas tiverem sido feitas. O também ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso faz um alerta ao Governo: resistir, ao máximo, a tentativas de reindexação. O economista Edward Amadeo diz que o repasse anual da inflação aos salários pode gerar problemas. E Julian Chacel lembra que os instrumentos de indexação estão todos armados.

Reis Velloso afirma que hoje só existe dois tipos de indexação: a de longo prazo para os contratos em geral, e a aplicação da TR no mercado financeiro. Diz ainda que o plano foi sábio ao não dar salvaguardas, como o gatilho salarial dos planos Cruzado e Bresser.

— Os agentes têm que ficar sem garantias de repassar inflação, para lutar contra ela: não se pode admitir repasse de aumento de salários aos preços, nem de aumento de preços aos salários. Aí os agentes resistem da melhor forma possível. O câmbio também tem que continuar desindexado.

Francisco de Assis diz que a indexação formal foi quebrada, mas lembra que a desindexação definitiva passa por um equilíbrio que não existe hoje. Para contornar a questão, afirma, é preciso ter firmeza no controle monetário, fiscal e cambial:

— O processo de ajuste de preço está apenas abafado. É preciso cuidado com uma indexação informal.

Edward Amadeo entende que a indexação continua presente e discorda do estabelecimento de

prazo para o repasse da inflação aos salários: um aumento de 28% uma vez ao ano, sustenta, tem impacto maior sobre a economia do que um reajuste mensal de 2%. Para Chacel, a indexação foi apenas suspensão. Mas Luiz Roberto Cunha lembra que a retirada de índices de preços da remuneração do mercado financeiro foi outro passo importante.

O fato é que a desindexação só terá acontecido mesmo quando o Governo se retirar do mercado e deixar que os contratos sejam fixados entre as partes. Como acontece nas economias desenvolvidas, em que os juros são balizados pelos bancos centrais, cabendo a cada instituição financeira corrigir aplicações em níveis pouco acima ou pouco abaixo dela.